



## SEGURANÇA

# Reforço federal para deter o crime no Rio

Planalto e governo estadual estreitam colaboração. Cláudio Castro proporá em Brasília punições mais rigorosas a bandidos

» VINICIUS DORIA

A violenta reação da milícia à morte de um de seus integrantes — que praticamente parou, anteontem, a Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro — mobilizou autoridades locais e de Brasília. O governador fluminense, Cláudio Castro (PL), passou o dia acompanhando os desdobramentos da operação policial deflagrada após o início dos atentados, na segunda-feira, que deixaram um saldo de 35 ônibus queimados. Na capital federal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou que as forças de segurança federais participem mais ativamente das ações coordenadas pela Secretaria de Segurança do Rio, atendendo, em parte, um clamor do próprio governador Castro.

Apesar do espírito de colaboração, o governo federal tem sido cauteloso. As declarações do presidente Lula e do ministro da Justiça e da Segurança Pública, Flávio Dino, foram marcadas pela preocupação de demonstrar que o governo federal vai atuar no combate ao crime organizado, mas não pretende assumir o protagonismo do confronto com criminosos nas comunidades cariocas. Esse papel, na visão do Planalto, é das forças de segurança do estado, comandadas por Cláudio Castro, cuja imagem foi seriamente atingida após os ataques de segunda-feira.

Hoje, o governador fluminense passa o dia em Brasília, negociando reforços para enfrentar o avanço das milícias no estado, em uma disputa por territórios dominados há anos pelo tráfico de drogas. Nessa guerra, o estado do Rio de Janeiro viu, nas últimas três décadas, inúmeras megooperações policiais, intervenções federais, Forças Armadas nas ruas, operações de Garantia

Rafael Campos/Governo do RJ



O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (C), ladeado pelo secretário-executivo do Ministério da Justiça, Ricardo Cappelli: cooperação

da Lei e da Ordem (GLO), sem resultados perenes.

### Terrorismo

Ante a mais grave crise de seu governo, Cláudio Castro decidiu, inclusive, levantar a bandeira da mudança na legislação, para que atos como os ataques a ônibus sejam considerados terrorismo, com penas muito mais duras. Essa é a pauta que o governador pretende encaminhar aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Na visão do Palácio do Planalto, a melhor estratégia para evitar que a imagem do governo Lula também seja contaminada pela histórica inépcia do combate

às quadrilhas na capital fluminense é disponibilizar grandes contingentes da Força Nacional e das Polícias Federal (PF) e Rodoviária Federal (PRF) para atuação “complementar”, priorizando a troca de informações de inteligência e operações coordenadas em rodovias, portos e aeroportos — única hipótese em que a presença das Forças Armadas também é cogitada.

O presidente Lula se reuniu, ontem, com o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, e com os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica para articular essa participação. Hoje, o Planalto deve anunciar os limites da atuação dos militares, com a ressalva de que entrar nas comunidades para enfrentar as

quadrilhas é papel das Polícias Militar e Civil do Rio.

Pela manhã, Lula deixou essa posição bem clara em seu programa semanal *Conversa com o presidente*. Disse que o governo federal não quer “pirotecnia”. “Não queremos fazer uma intervenção no Rio de Janeiro como já foi feito e que não resultou em nada. Não queremos tirar a autoridade do governador, tirar a autoridade do prefeito. O que queremos é compartilhar com eles, trabalhar junto com eles uma saída”, disse Lula.

Ainda em Brasília, o ministro Flávio Dino reforçou a estratégia do governo federal e informou que já havia deslocado, antes da onda de atentados, 550 agentes — 300 da Força Nacional e 250 da

Polícia Rodoviária Federal (PRF) — para atuar no estado.

Dino enviou ao Rio de Janeiro seu substituto direto, o secretário executivo da pasta, Ricardo Cappelli. Ele participou da primeira reunião de monitoramento do plano de atuação das forças federais na segurança pública do estado.

A fim de reforçar o discurso de divisão de responsabilidades, o governador defendeu a tese de que o avanço do crime organizado não é um problema do Rio, mas “de todo o Brasil”. “Não são mais organizações criminosas pontuais que estão aqui, estão ali. São verdadeiras máfias alaistradas pelo Brasil inteiro: Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte”, alertou.

## Exonerado o nº 3 da Abin

O governo federal exonerou ontem Paulo Mauricio Fortunato Pinto do cargo de secretário de Planejamento e Gestão da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Além dele, mais dois diretores do órgão foram dispensados. Na última sexta-feira, a Polícia Federal apreendeu US\$ 171,8 mil em espécie na casa do então secretário, que era o número três na hierarquia da agência.

Na sexta-feira, a Abin foi alvo da Operação Última Milha, da PF, que prendeu dois servidores — Eduardo Arthur Izzycki e Rodrigo Colli — suspeitos de usarem um software para espionar ilegalmente, durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), políticos, advogados, jornalistas e ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Os dois foram demitidos no dia da operação. A Abin informou que um processo administrativo confirmou a participação deles como representantes de uma empresa em uma licitação do Exército, o que é vedado a servidores públicos.

Durante a Operação Última Milha, a PF cumpriu 25 mandados de busca e apreensão. Alvo de diligências, Fortunato havia sido afastado do cargo por ordem do ministro do STF Alexandre de Moraes, na sexta-feira.

A PF apura o uso indevido por servidores da Abin do programa FirstMile, desenvolvido pela israelense Cognyte, para espionar autoridades por meio de geolocalização de celulares. Na lista de monitorados, há um homônimo de Moraes, o que reforça a suspeita de que o magistrado foi uma das vítimas.

### NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo  
luizazedo.df@dabr.com.br

## O pacto perverso com as milícias no Rio de Janeiro

A história trágica do Doutor Fausto (1604) é uma peça teatral de autoria de Christopher “Kit” Marlowe, um dramaturgo inglês que fez muito sucesso nos reinados de Elizabeth I (1558-1603) e James I (1603-1625), no período de surgimento de comédias e tragédias psicológicas e sobrenaturais. Com base numa lenda alemã sobre um alquimista da Idade Média, o Fausto de Marlowe era um acadêmico altamente respeitado, cuja sede de conhecimentos o levou a um pacto mortal com Mefistófeles, após ser corrompido pelo poder. Quando percebeu que atraía para si um grande mal, já era tarde demais.

A temática do pacto diabólico entre Fausto e Mefistófeles foi retomada pelo alemão Wolfgang von Goethe entre 1808 e 1812 na cidade de Weimar, na qual protagonizava a efervescência do classicismo, ao lado de seu amigo Friedrich von Schiller. Ambos retomaram aos clássicos gregos e rejeitaram a ideia da perfeição estética, em favor do equilíbrio entre inspiração, conteúdo e forma. Graças à insistência de seu amigo, Goethe revisitou a lenda de Fausto e Mefistófeles, dando-lhe a profundidade que tornou sua dramaturgia um clássico da literatura universal.

Sua obra começa no Céu, onde Mefistófeles, o Diabo, medita sobre a humanidade e aposta com Deus que é capaz de fazer com que um de seus súditos favoritos, Fausto, aventure-se pelo caminho do mal e, assim, conquiste sua alma. Deus acredita que Fausto se manterá fiel e seja capaz de correr os próprios erros. Cada vez mais ganancioso, porém, Fausto recebe um castigo dos deuses e fica cego. Dominado pela culpa, ele ganha consciência dos seus atos e deseja que aquele momento de clareza dure para sempre. Assim, o pacto é quebrado e o protagonista morre.

Mefistófeles tenta levar a alma dele para o Inferno, mas é interrompido pelo aparecimento de um coro de anjos que carregam Fausto até ao Paraíso. Seu arrependimento valeu a pena e possibilitou a redenção divina. Nesta crise de segurança pública criada pela milícia carioca no Zona Oeste do Rio, território controlado pelo crime organizado, o governador fluminense Cláudio Castro (PL) encarna a figura de Fausto. Santista, mudou-se ainda criança para o Rio de Janeiro, onde se formou em Direito e fez carreira como músico, compositor e cantor da Renovação Carismática

Católica, ligada à Arquidiocese do Rio de Janeiro. Ex-vereador, era o vice do governador Wilson Witzel, que foi casado. Assumiu o governo interinamente em 2020 e no ano seguinte foi efetivado. Foi reeleito em 2022, com 60% dos votos, no primeiro turno.

### Tudo misturado

Aliado ao presidente Jair Bolsonaro, Castro fez um pacto perverso com as polícias civil e militar e aboliu a Secretaria de Segurança Pública, sem a qual é impossível coordenar a ação do governo nessa área. No pacote, veio o acordo tácito de convivência com as milícias do Rio de Janeiro, que controlam toda a região da Zona Oeste e boa parte da Baixada Fluminense, e apoiaram sua reeleição. Formada por ex-policiais e policiais corruptos, em algumas regiões as milícias atuam em conluio com o tráfico de drogas e, em outras, substituí os traficantes nesse mister. Hoje, controlam redutos eleitorais decisivos para a política fluminense. Não existe crime organizado sem participação de agentes públicos, no Executivo, no Legislativo e no Judiciário.

O governo de Cláudio Castro é marcado por chacinas policiais, como as do Jacarezinho, da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão, para citar as mais sangrentas. Quase sempre ocorrem após ajustes de contas entre milicianos e traficantes. Em números, a gravidade da situação na Zona Oeste do Rio de Janeiro é flagrante: de janeiro a outubro deste ano, foram 241 mortos em homicídios (129,5% sobre os 105 do mesmo período de 2022); 13 chacinas com 47 mortos (291,6% a mais que os 12 em 4 massacres no ano anterior); e 728 tiroteios (55,88% a mais que os 467 do ano passado). No mesmo período, Zona Sul, a mais rica e turística, o município, registrou, no mesmo período: 6 mortos em homicídio (o dobro do ano anterior); nenhuma chacina, como em 2022; e 47 tiroteios (queda de 8,51% sobre os 51 de 2022)

Na segunda-feira, a Zona Oeste foi palco de incêndios criminosos de mais 30 ônibus, que deixaram em colapso o sistema de transportes da região, uma represália da milícia à morte de Matheus da Silva Rezende, em troca de tiros com a Polícia Civil. Conhecido como Faustão ou Teteu, ele era sobrinho de Zinho, chefe de uma das principais milícias

da região. O governador parabenizou a ação dos policiais, mas não imaginava que perderia o controle da situação.

Não há mais distinção entre milícia e tráfico de drogas no Rio de Janeiro, pois ambos adotam o mesmo conceito de “territorialização” e praticam os mesmos crimes. O Comando Vermelho (CV) e a milícia se aliaram para controlar as comunidades da Zona Oeste e Baixada Fluminense, nas quais exploram a venda de drogas, gás de botijão, acesso à internet, transporte por van e outros serviços.

Não existe um solução fácil para o problema, embora a situação exija medidas imediatas. Apesar de descontrolado da situação, em conversa com o ministro da Justiça, Fábio Dino, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva descartou uma intervenção federal. A opção até agora foi reforçar a presença da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Força Nacional no trabalho de inteligência e controle das estradas, portos, aeroportos e divisas do estado. Na verdade, é impossível resolver o problema de segurança no Rio de Janeiro sem um grande expurgo na Polícia Civil e na Polícia Militar.